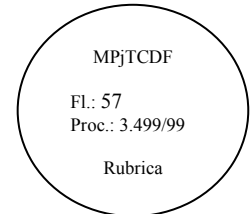




Tribunal de Contas do Distrito Federal
Ministério Público
GABINETE PROCURADORA-GERAL MÁRCIA FARIAS



Processo n.º 3.499/99

Apenso: 095.002.240/96

Parecer n.º 864/2002

Processo de Tomada de Contas Especial instaurado pela Secretaria de Transportes. Prestação de serviços sem cobertura contratual. Audiência do responsável. Arrazoados rejeitados. Pela irregularidade das contas e pela aplicação de multa.

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal objetivando a apuração de possível prejuízo e identificação dos responsáveis pela prestação de serviços de recauchutagem de pneus pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB para o extinto Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU, atual Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal - BELACAP, sem a devida cobertura contratual.

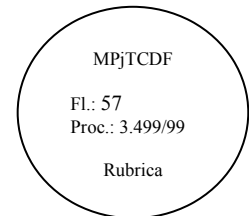
2. A Comissão Permanente de Tomadas de Contas Especiais da Secretaria de Transportes firmado no Relatório Conclusivo de fls. 129/131, Processo n.º 095.002.240/96, apenso, conclui pela responsabilização do senhor João Carlos Correia pela quantia equivalente à 32.093,071 UFIRs.

3. A Secretaria de Fazenda, por meio do Relatório de Auditoria n.º 007/2000-DITEC (fls. 150/166 do Processo apenso), deduz um valor de prejuízo equivalente à 9.247,91 UFIRs, antes, porém, apresenta os seguintes comentários:

"Quanto ao valor considerado na quantificação do prejuízo, pela comissão, constatamos a inexistência, nos autos, de documentos que permitam chegar ao cálculo apresentado pela TCB e acatado pela Comissão Permanente de Tomada de Contas da Secretaria de Transportes. Os documentos acostados aos autos não refletem a quantidade de serviços solicitados pelo SLU na forma alegada pela TCB, nem tampouco permite conclusão acerca do quantitativo de serviços executados pela empresa e recebidos pelo SLU, conforme demonstrado nos itens 08 e 09 do presente relatório."



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Ministério Público
GABINETE PROCURADORA-GERAL MÁRCIA FARIAS



4. Por sua vez, em Instrução anterior (fls. 6/21), o Corpo Técnico concluiu pelo prejuízo causado à TCB no valor correspondente a 23.795,3300 UFIRs.

5. O Ministério Público em seu Parecer de fls. 24/26, pelos motivos que expõe, propugna pela irregularidade das contas, com a aplicação de multa ao senhor João Carlos Correia, nos termos do artigo 57, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 1/94.

6. O responsabilizado apresentou defesa (fls. 47/50), tendo seus argumentos sido analisados e rejeitados pelo Corpo Técnico (fls. 51/55) pelo fato de não trazerem aos autos alegações suficientes para livrá-lo da penalidade cogitada.

7. Face ao exposto, nada tendo a acrescentar, o Ministério Público mantendo seu posicionamento esposado no Parecer de fls. 24/26, opina no sentido que o e. Plenário acolha as sugestões pugnadas às fls. 55.

É o parecer.

Brasília, 14 de agosto de 2002.

MÁRCIA FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público